

DENÚNCIA GRAVE: Polícia atira contra camponeses em Seringueiras



No último dia 03 de Julho, cerca de 100 famílias de camponeses pobres do Acampamento Paulo Freire III, mais uma vez reocuparam a área da Fazenda Riacho Doce, em Seringueiras (RO) e na manhã desta quarta-feira, 04 de julho, foram atacados pela polícia militar, sem ordem judicial, de forma truculenta, atentando contra a vida de crianças e mulheres, atirando com armas de fogo contra o povo. Os camponeses

se defenderam como podiam e correram para a floresta.

Na área denominada fazenda Riacho Doce, na linha 2 de maio, distante 4 Km da cidade, os camponeses iniciaram acampamento em 2006. Quem se diz dono da fazenda de 2.500 hectares é Tião de Peder, conhecido como Tião Terboi. A área da fazenda Riacho Doce comprovadamente é uma terra da União, o título foi ilegalmente emitido pelo INCRA para o filho de Tião Terboi, na época com 12 anos. Hoje, quem está à frente das ameaças e perseguições aos camponeses é Artemiro Craus, conhecido como Timiro. Sua participação ativa indica que ele não é um simples arrendatário de pasto, ele deve ter comprado as terras de Tião, mas não aparece nos processos. Esta situação nebulosa é muito comum em várias áreas de conflito agrário.

A polícia despejou os camponeses 8 vezes da área, sempre destruindo suas casas, roças e criações. Chegaram a atirar bala de borracha em mulheres grávidas e crianças. Um senhor acabou falecendo, porque a polícia não permitiu que seu filho fosse à cidade buscar o remédio que ele tinha que tomar; quando ele foi socorrido, já era tarde. Camponeses foram assassinados na área e como sempre nada foi feito.

Em dezembro de 2012, os camponeses retomaram as terras, capturaram um pistoleiro armado e filmaram um depoimento dele onde assume que trabalhava para Timiro com a ordem de matar qualquer camponês que tentasse retomar a fazenda. O vídeo provou o que as famílias sempre denunciaram e mais uma nada foi feito por parte da Ouvidoria Agrária Nacional ou INCRA. Registra-se que as famílias quando chegaram à fazenda tiveram a oportunidade de presenciar todas as suas produções destruídas, aproximadamente 200 alqueires dos mais diversos cultivos.

Uma história de resistência

Os camponeses cortaram por conta e distribuíram 84 lotes, plantaram roças e hortas, criaram animais, construíram casas, construíram a estrada com recursos próprios. Retomaram a produção de alimentos e reorganizavam suas vidas quando foram mais uma vez despejados no dia 13 de abril de 2013. Esse último despejo da esta área foi um dos despejos mais absurdos da história de Rondônia, a mando do juiz federal de Ji-Paraná, Flávio da Silva Andrade. Mesmo sem resistir, as 84 famílias foram atacadas com spray de pimenta, bombas de efeito moral, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, disparados por 200 policiais civis, militares e federais, do GOE e do Exército. Alguns camponeses foram presos e mesmo estando deitados no chão, rendidos e algemados, policiais ajoelharam no pescoço deles e jogaram spray de pimenta em seus rostos. Filhos e esposas presenciaram tamanha violência. Policiais atiraram em cães dos camponeses sem motivo algum. 5 pessoas, entre elas 3 crianças, foram hospitalizadas. Crianças e até adultos ficaram várias noites acordando sobressaltados, traumatizados com tanto terror.



Depois do último

despejo ocorrido em abril de 2013, as famílias foram levadas para a cidade de Seringueiras onde ficaram acampadas no Incra, passando todo tipo de necessidades embaixo de barracas de lona, até o último dia 01 de julho de 2013, quando retornaram a área. O prazo de 60 dias que o INCRA solicitou para realizar vistoria da área já se expirou. Além de não cumprir o prazo o INCRA em reunião à quinze dias informou que parte da área seria destinada à outras famílias. Por conta disso, as famílias se reorganizaram para defender o seu direito à terra.

O CEBRASPO – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos, com sede nacional no Rio de Janeiro, vem a público denunciar o que está ocorrendo com os camponeses nessa área de conflito e alerta que, o vier acontecer na área é de responsabilidade da Justiça Federal, do INCRA, da Ouvidoria Agrária Nacional, que tem conhecimento da arbitrariedade que está ocorrendo e não tomaram nenhuma providência até o momento. Estamos acompanhando in loco as atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro. Convocamos a Comissão Pastoral da Terra, Movimentos Sociais do Campo e demais organizações de Direitos Humanos do Brasil a acompanhar e denunciar este caso.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2013.

Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos